

Vale apelar até à Justiça

São Paulo — Vale tudo por uma vaga em escola pública. E nem sempre a disputa é motivada simplesmente pela vontade de matricular os filhos em escolas consideradas boas.

Às vezes, simples regras burocráticas de matrícula se transformam em um pesadelo para os pais que não têm mais condições de pagar um colégio particular.

Quatro dias impedem as garotas Regiane e Caroline, ambas de 6 anos, de cursar a primeira série do 1º grau na rede estadual de ensino paulista.

Segundo a lei, as escolas públicas aceitam matrículas de crianças que completam 7 anos de idade até o dia 30 de junho. Só que as duas meninas fazem aniversário em 4 de julho.

“Minha filha não é mais nem menos inteligente porque nasceu quatro dias depois do prazo estabelecido pelas escolas”, reclama a mãe da garota, a dona de casa Regina Cristina Ricco Baccos, de 36 anos.

LIMINAR

Para garantir à filha o direito de freqüentar uma escola estadual, Regina resolveu recorrer à Justiça. “Procurei o Conselho Tutelar e eles me encaminharam para o Ministério Público. Vamos entrar com uma liminar. Vou batalhar até ver minha filha na escola, em fevereiro”, garante Regina, irritada com o tratamento que vem recebendo das autoridades.

“É um absurdo negar estudo a uma criança por causa de alguns dias”, reclama a gerente Marina Moreno, de 42 anos, mãe da garota Caroline.

Marina lembra que, durante o ano passado, conseguia pagar a escola particular da filha. “Enquanto a Caroline cursava o pré-primário, que custava R\$ 90 por mês, dava para pagar. Agora, seria impossível custear os cerca de R\$ 300 de mensalidade da 1ª série”, conta.

Somando seu salário com o do marido, autônomo, a renda familiar fica abaixo dos R\$ 2 mil mensais. “Acabamos de comprar um apartamento. Com o que ganhamos, dá para pagar as prestações”, ilustra.

Sem alternativas, Marina procurou o Conselho Tutelar da Moóca, em São Paulo, decidida a brigar. “A escola que eu procurei ainda tem vagas para a 1ª série”, garante. “Assim como eu e meu marido, vários casais entraram na Justiça para lutar pelos estudos de seus filhos”, conta a gerente.